



MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS AFRODESCENDENTES E O ENSINO DE HISTÓRIA

Carla Maria de Almeida¹

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil
carlaa_almeida@hotmail.com

Larissa Bagano Dourado²

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Paraíba, Brasil
lariy@live.com

Resumo: Com a aplicação da Lei 10.639/2003 a temática da história e cultura afro-brasileira tornou-se conteúdo obrigatório nos estabelecimentos oficiais de ensino do Brasil. Esta, fora criada, após uma longa trajetória de luta do movimento negro, frente à necessidade de implementação de ações afirmativas que possibilitassem a todo o brasileiro e alunado o conhecimento e reconhecimento da história, memória, identidade e diversidade da sociedade, destacando-se assim, povos que fizeram parte de sua construção e que tiveram sua participação e importância renegadas na história nacional: os nativos e os povos africanos. Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da importância do ensino das manifestações religiosas afrodescendentes como forma de resistência e portadoras da história e cultura do continente negro. Adotando uma análise bibliográfica como metodologia, propomos fazer uma reflexão acerca da necessidade de incluir nas práticas pedagógicas o ensino da cultura e religião enquanto resistência negra, sendo imprescindível para a desconstrução de um estereótipo, bem como para compreensão da influência que a população negra tem na sociedade, conscientizando o alunado de que o povo negro tem história, memória e tradições culturais e religiosas.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, campus IV – João Pessoa/Paraíba/Brasil

² Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB campus IV – João Pessoa/Paraíba/Brasil

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Ensino; Negro; Religião.

O sistema escravocrata, que imperou o Brasil por mais de três séculos, enraizou nas relações sociais e econômicas deste país intensas desigualdades que perpetuam até a atualidade. O racismo, o preconceito e os estereótipos foram resultantes fundamentados a partir das condições impostas pela escravidão. Assim, somente depois de muitas campanhas e pressões do Movimento Negro, o Estado brasileiro por fim reconheceu oficialmente tal realidade.

Diante disso, foram criados novos instrumentos para viabilizar a diminuição da desigualdade social e a criação de um novo modelo de educação, no qual incluía a história das ditas “minorias” e leve em conta a diversidade. Um exemplo dessas ações afirmativas é a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, depois acrescida pela Lei 11.645/2008 do ensino de História e Cultura Indígena; mas nos limitaremos a essa primeira. É importante enfatizar que a Lei 10.639/2003 fora criada após uma longa trajetória de luta do movimento negro, frente à necessidade de implementação de ações afirmativas³ que possibilitassem a todo o brasileiro e alunado o conhecimento e reconhecimento da história, memória, identidade e diversidade da sociedade, destacando-se assim, povos que fizeram parte de sua construção e que tiveram sua participação e importância renegadas na história nacional: os nativos e os povos africanos.

Na última década, pode-se perceber uma inserção do Ensino de História da África e dos Afrodescendentes nas escolas. Essa melhoria se deve especialmente pela introdução desse conteúdo nos livros didático. Assim, ao observarmos duas coleções⁴, a primeira “Vontade de saber História” do ano de 2009, dos historiadores Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg e a coleção “Saber e Fazer História” de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues verificamos que a História da África está presente em todos os volumes da coleção.

³ As ações afirmativas consistem em um mecanismo criado com o intuito de combater as descriminalizações e marginalizações sociais, econômicas e estruturais presentes na sociedade, visando induzir transformações no imaginário social que finde com a existência de hierarquia entre raças.

⁴ As coleções observadas são utilizadas nas escolas públicas da cidade de João Pessoa/Paraíba.

Apesar da coleção “Vontade de saber História”, no volume do 7º ano, apresentar o conteúdo referente à História da África e dos afrodescendentes, pode-se perceber uma ausência sobre as manifestações religiosas africanas. Em um capítulo sobre os reinos e impérios africanos, no qual apresenta temáticas referentes ao islamismo e ao catolicismo, exclui, no entanto, as religiosidades tradicionais da África. Já na coleção “Saber e Fazer História”, não só está presente as manifestações religiosas afrodescendentes, como também, as indígenas. Cotrim e Rodrigues, além de apresentar um breve histórico dessas religiosidades, explicando-as, aborda em um pequeno texto a temática referente à intolerância religiosa. Na sessão “oficina de História”, em que os autores indicam um questionário, no qual é formulado de forma interdisciplinar, pode-se encontrar perguntas com indicações de músicas e obras artísticas inseridas na temática.

Tomando por base essas duas coleções, percebe-se um avanço em relação ao livro didático, no entanto, podemos questionar: os professores estão trabalhando esses temas? Se sim, estão fazendo de forma correta (ou seja, sem pré-julgamentos)? Os professores são/foram capacitados para lecionar tais conteúdos?

É válido ressaltar que nas duas últimas décadas várias obras foram e estão sendo lançadas para dar suporte aos professores para preparação de aulas sobre o tema da África e as religiões de matrizes africanas. A obra, “*As religiões de matriz africana e a escola: Guardiões da Herança cultural, memória e tradição africana*”, de Yá comendadora Carmen S. Prisco foi lançado em 2012, pelo Ilé Asé e Instituto Oromilade. No referido trabalho, a autora faz uma breve descrição sobre nossos ancestrais de origem africana (bantos, iorubas ou nagôs, jejes, guineanos-sudaneses muçulmanos), e a partir daí vai construindo a religiosidade africana e afro-brasileira, como o candomblé, o cabula, a umbanda, a quimbanda, etc. Além disso apresenta desde o idioma à culinária africana. O referido livro, de acessível linguagem, retrata os aspectos culturais e a tradição africana, podendo servir de suporte para os/as professores/as de educação básica para uma melhor preparação de suas aulas acerca do tema sobre a África.

Outro método para capacitar os professores de educação básica e estudantes de licenciatura sobre as manifestações religiosas afro-brasileiras é através de cursos de formação. Nesse sentido, destacam-se o trabalho do movimento negro dentro e fora das universidades, estando ligados a prefeitura e estado ou não, que oferecem cursos de

formação, no intuito de capacitar os professores sobre tal temática, para que os mesmos se tornem mais aptos de apresentar o assunto referido em sala de aula. Nessa perspectiva, destacamos os NEABIs (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) dentro das universidades a nível nacional, que constantemente oferecem palestras e cursos sobre temas relacionados à África e a questão indígena. Como exemplo podemos citar o NEABi-UFPB⁵ que promoveu em 2012 e uma segunda edição em 2013 do curso de formação docente e educação antirracista, cujo público alvo são professores de educação básica, estudantes de licenciatura e participantes de movimentos sociais.

Sendo assim, com a implementação da lei, busca-se, através do ensino, que a sociedade brasileira supere essa “mentalidade colonial” e reconheça-se enquanto nação multirracial. Visto isso, de acordo com as Diretrizes Educacionais, o ensino instituído pela lei, deve estar calcado em três princípios: “1. Consciência política e histórica da diversidade; 2. Fortalecimento de identidades e direitos; 3. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.” (FLORES, 2006, p.80).

Para se alcançar os objetivos pelo o qual a lei 10.639/003 fora criada, é necessário desconstruir a ideia de passividade e de que a África é um continente sem história, para isso, deve-se destacar o papel do negro enquanto sujeito atuante e de dado processo social. Ao longo dos anos de funcionamento do sistema escravocrata, a população negra teve de adaptar-se e burlar as imposições às quais era submetida, criando, assim, importantes formas de resistências. Mulheres e homens escravizados se organizaram, resistindo ao esquecimento e reconstituindo, a partir das semelhanças e diferenças, rituais e festas.

Uma importante forma de resistência foi através das manifestações religiosas, que se reproduziram de duas formas: nas manifestações religiosas de tradições africanas, com as crenças nos orixás e outras divindades, e na religiosidade cristã, por meio das irmandades negras católicas.

Inicialmente, as irmandades negras foram desenvolvidas por homens escravizados que tinham adquirido o conhecimento cristão, e que viam nesses espaços, não só oportunidades para a participação na vida cotidiana social, como também, um cenário de reinvenção e expressão cultural-religiosa. Apesar de muitos negros terem se

⁵ O NEABi-UFPB tem sede na Universidade Federal da Paraíba, campus I João Pessoa.

convertido ao catolicismo, os ritos e festejos foram reelaborados, incorporando à religião cristã, traços característicos culturais do continente negro, uma vez que, traziam consigo uma bagagem cultural de sua terra natal ou herdada de seus parentes, podendo ser vista na presença dos atabaques à coroação de reis e rainhas africanas. Os resistentes à conversão participavam das irmandades com o intuito de adquirir uma liberdade social e, para também, exercer sua religião de origem, relacionando os santos aos orixás. Assim,

Antes de 1820, africanos livres e escravizados e seus descendentes oriundos da África Central constituíram a maioria da liderança nas irmandades mulatas e negras – as únicas organizações legais que cuidavam dessas populações. Essas irmandades serviram de incubadoras de diversas religiões e outras tradições culturais que vieram a ser associadas aos afro-brasileiros. (HEYWOOD, 2010, p.19).

Pode-se perceber a influência da cultura negra na religião cristã Católica no Brasil nas irmandades, nas igrejas, nas músicas, bem como, nas festas religiosas ainda presentes na contemporaneidade.

Concomitante às irmandades negras, outra forma de resistência religiosa se deu pela invenção e reinvenção das religiões tradicionais africanas, reconhecidas por *calunduns* e, posteriormente, por *candomblés*, que, apesar de ser impossível identificar características detalhadas dos povos advindos do continente negro, pode-se perceber aspectos sociais, culturais e políticos das sociedades africanas.

Como já foi dito, a religião dos africanos se reconstruiu em vários aspectos das sociedades africanas. A hierarquia que compõe a família-de-santo do candomblé é um resquício simbólico das relações hierárquicas existentes entre as famílias na África, “a família-de-santo, a comunidade de culto, tornou-se uma espécie de miniatura simbólica da família iorubá” (PRANDI, 2005, p.166.).

Originados de vários lugares e etnias da África, os africanos escravizados que se instalaram no Brasil, refizeram a religião introduzindo aspectos de outras culturas. Em cada região há uma manifestação religiosa de origem africana, formada por negros de etnias distintas, enquadradas em “grupos” denominados de nação, divididos em bantos e sudaneses. Os bantos eram africanos procedentes da África Centro-Occidental. Os sudaneses provinham da África Ocidental, principalmente da Nigéria e foram divididos em nações, a nação nagô (os iorubás) e a nação jeje (os fons). Vale salientar que essas nações não eram formadas por apenas um grupo étnico, mas sim por vários,

oriundos de uma região. Assim, pode-se dizer que a formação da comunidade religiosa, do povo-de-santo, é fruto de um processo de construção de uma pluralidade de fragmentos culturais.

A formação da cultura religiosa africana no Brasil foi fundamentada nas memórias dos negros. Nesse processo de reconstrução, houve acréscimos, adaptações ao ambiente, bem como perdas e esquecimentos.

As religiões foram se formando no Brasil, adaptando-se à cada local e estabelecendo relações sincréticas com outras religiões. No Rio de Janeiro, se formou o Candomblé de queto (sudaneses), Macumba e posteriormente a Umbanda (bantos); na Bahia, formou o Candomblé de queto, o jeje de práticas sudanesas e o Candomblé de caboclo e angola de origem banto; em Pernambuco, de origem sudanesa formou-se o Xangô, já de origem banto, formou-se o Catimbó e o Xambá, também presentes na Paraíba. Entre tantos outros, como Tambor-de-Mina (sudaneses) e Pajelança (banto) no Maranhão e Pará. Na Paraíba escravista, a resistência religiosa se deu pelas trocas culturais entre negros e indígenas, na reinvenção do Catimbó-jurema⁶ “que se tornou *multicultural* ao incorporar elementos do legado dos povos africanos, particularmente bantos, que se baseavam no culto aos antepassados e que se desenvolve no âmbito da complexa formação religiosa do Brasil” (PIMENTEL, 2010, p.34).

Diante do exposto, torna-se necessário o ensino das manifestações afrodescendentes como forma de resistência, visando o conhecimento e reconhecimento da identidade negra, desconstruir estereótipos, construir as noções de semelhanças e diferenças entre pessoas, sociedades, culturas, etc, bem como, para suscitar o debate sobre as variadas religiões, como também, o dever de se respeitá-las.

A religiosidade, enquanto resistência e cultura afrodescendente, pode ser inserida nos debates das matérias escolares. No que concerne ao ensino de História, por ser um fator presente e marcante no processo histórico do negro africano e afrodescendente no Brasil, sendo, assim, uma herança cultural e religiosa. Pode-se também, suscitar o debate sobre o multiculturalismo, a musicalidade, a estética dos adereços e artes religiosas; Além de trabalhar com os aspectos ligados à localidade, estrutura social e política, uma vez que a estrutura dos espaços físicos da religião,

⁶ Culto de origem indígena, vinculado à árvore de mesmo nome, que tem o agreste e a caatinga nordestina seu habitat natural. A partir da década de 60 do século XXI, na Paraíba, passou um intenso processo de troca e reelaboração com a umbanda e, posteriormente, com o candomblé.

principalmente o Candomblé, é uma representação do *compounds* africanos; Por meio da mitologia, conhecer a teoria criacionista dessa religiosidade, como também, a influência das línguas africanas na gramática portuguesa-brasileira.

A religião afrodescendente é tida como a única instituição (advinda da África) resistente ao processo escravocrata, funcionando como uma reconstrução mística da África no território brasileiro. Assim, pode-se considerar que seu ensino torna-se imprescindível para compreender as sociedades dos povos africanos e identificar a contribuição da população negra para formação e reconstrução cultural-religiosa do povo brasileiro, como afirmou Reginaldo Prandi,

Religião afro-brasileira, como diz Antônio Flávio Pierucci, virou cultura: é samba, carnaval, feijoada, acarajé, despacho, jogo de búzios...que se deixaram misturar na cultura profana, fazendo parte hoje da alma brasileira. (PRANDI, 2007, p.8).

Tal temática não permeia pela ótica da doutrinação, o principal objetivo do ensino das manifestações religiosas enquanto um dos mecanismos de resistência negra, consiste em fazer o aluno compreender sua importância no processo histórico do negro e, portanto, do Brasil.

Como já foi dito, as manifestações religiosas, sejam elas através das irmandades ou advindas das religiões tradicionais africanas, refletiam não apenas aspectos metafísicos, mas, características culturais, sociais, políticas das sociedades africanas que contribuíram imensamente para a formação da sociedade brasileira. Seu ensino deve incitar o aluno a perceber sua importância e influência na construção da sociedade brasileira.

Partindo desse debate sobre diversidade religiosa que deverá ser abordada em sala de aula, vale apresentar aqui, a pesquisa do professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires, da UFCG, referente às iconografias de santos e santas católicas, da Bíblia sagrada e de rituais de religiosidade praticados em escolas públicas de Campina Grande. Não distinta da realidade das demais cidades da Paraíba, em várias escolas públicas de Campina Grande podemos encontrar tais elementos dentro do ambiente escolar, representando assim a “moral cristã” e simbolizando a legitimidade cristocêntrica. Portanto, cabe não só a secretária de educação do estado, como também aos educadores, funcionários e professores olharem a escola como um ambiente de diversidades e não de um templo sagrado de qualquer que seja a religião, abolindo assim qualquer

representação religiosa na decoração da escola, promovendo o debate e o respeito da diversidade religiosa.⁷

É importante salientar que o ensino sobre religiosidade afrodescendente amplia o debate para o hibridismo cultural e religioso realizado entre os povos no Brasil. A partir do contato estabelecido entre os indígenas, europeus e africanos/afrodescendentes, o cenário religioso foi sendo adaptado e moldado, de forma a se estruturar novas religiões.

Visto isso, entendemos que desde a implantação da lei 10.639/2003, novas pesquisas e estudos foram e estão sendo realizadas para inserção da história, cultura e tradição afro-brasileira, e consequentemente para o combate da desigualdade racial no Brasil. No entanto, apesar de uma significativa melhora da inserção sobre o conteúdo de África nos livros didáticos, ainda nota-se a ausência ou a pouca importância dada ao ensino das manifestações religiosas afro-brasileiras nas escolas. Além disso, nota-se também, uma deficiência dos professores no momento da transmissão do conhecimento acerca desse conteúdo, seja pela falta de capacitação, ou por preconceitos religiosos, o que torna essa questão mais delicada.

Deste modo, torna-se perceptível que os frutos da escravidão: o racismo, a discriminação, o preconceito etc. podem ser extintos em longo prazo com a promoção de – entre outras políticas – mudanças concretas na educação escolar. Por isso, dispondo romper a tradicional exclusão social, têm sido discutidas diretrizes norteadoras para a educação no Brasil, graças aos movimentos sociais de resistência negra, que entendem como uma necessidade o estímulo de valores e de comportamentos democráticos, a fim de que se respeitem as características e diferenças dos grupos étnicos e raciais, seja ele indígena, negro, asiático ou europeu.

Referências

AIRES, José Luciano de Queiroz. Sala de aula não é igreja, “birô” de professor não é altar. In ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega, et.al.(Orgs). *Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico*. Editora da UFCG, 2010.

⁷ Ver mais em “Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico”, 2010, com organização de Edna Maria Nóbrega Araújo.

ALVES, Naiara F. Bandeira. Irmandades negras na Parahyba imperial: impressões e reflexões. In: COSTA, Robson Xavier da; NETO, Martinho Guedes dos Santos (Orgs.). Pesquisa em História: Temas e abordagens. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009, p. 37-57.

CHAGAS, Waldevi Ferreira. A temática da África e do (a) negro (a) na sala de aula. In ROCHA, Solange Pereira; FONSECA, Ivonildes da Silva (Orgs), População negra na Paraíba: Educação, história e política. Editora da UFCG, Campina Grande, 2010.

COTRIM, Gilberto; ROGRIGUES, Jaime. Saber e fazer História, 7ºano. 7ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. Vontade de saber História 8º ano. São Paulo, FTD, 2009.

FLORES, Élio Chaves. Etnicidade e ensino de História: A matriz cultural africana. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 11. Nº21. Julho, 2006, pp.75-92 Disponível na internet: www.historia.uff.br/tempo Acesso em 16 de novembro de 2012.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. In. Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639-2003. Brasília: MEC: SECAD, 2005.

HEYWOOD, Linda M.. Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.

PIMENTEL, Fábio Luiz. Das religiões de matriz africana e indígena como espaço de resistência política e cultural no Estado da Paraíba. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB – Campus I, 2010.

PRANDI, Reginaldo. Segredos Guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. A dança dos caboclos: Uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros. Disponível na internet: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/prandi/dancacab.htm> Acesso em 16 de novembro de 2012.

_____. As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: Uma conferência, uma bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB-ANPOCS, São Paulo, nº 63, 1º semestre de 2007, págs. 7-30. ISSN 151-8085.
PRISCO, Carmen S.. As religiões de matriz africana e a escola: Guardiões da Herança cultural, memória e tradição africana. São Paulo: Ilé Asé e Instituto Oromilade, 2012.

SALLES, Sandro Guimarães. Rediscutindo o catimbó nordestino. Em Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul, Curitiba, 2011.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória D'África: A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Rosário dos Pretos de Sobral – CE: Irmandade e festa (1854 -1884). Fortaleza: Edições NUDOC, 2007.